

CIBEC/INEP



B0031951

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

F
37014
B823P
Ex.2

SÍNTESE DOS PROGRAMAS
PRIORITÁRIOS

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Tarso Genro

Secretário-Executivo
Fernando Haddad

O educação é uma das prioridades do Governo Federal. Educação para todos e em todos os níveis, com democracia e qualidade. Em 2004, o Ministério da Educação está desenvolvendo cerca de 250 programas de educação e formação. Eles atendem desde a alfabetização de jovens e adultos até programas de excelência na pós-graduação. Repassam recursos a todas as escolas públicas, garantindo o livro didático, a merenda e o transporte escolar aos estudantes, formação aos professores e infra-estrutura às escolas.

O Ministério da Educação, com apoio dos secretários estaduais e municipais de educação, está criando o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que substituirá o Fundef, que atende apenas ao ensino fundamental. O Fundeb criará melhores condições de trabalho para os professores com reflexos em seus salários e contribuirá para a universalização e a qualidade do ensino porque seus recursos serão ampliados.

O Ministério da Educação está elaborando uma lei orgânica para ampliar e fortalecer a universidade pública e gratuita e nortear, pelo interesse público, as instituições particulares, com padrões de qualidade. O fortalecimento da educação profissional com a inclusão

social de jovens e adultos no mundo do trabalho e a formação de técnicos para contribuir com o desenvolvimento econômico, com base na produção, também são prioridades do Ministério para este ano.

O futuro do País passa, necessariamente, pela educação. Não haverá um novo Brasil, justo e soberano, se não tivermos uma escola democrática e de qualidade, inserida no processo de mudança da nossa história.

Brasília, julho de 2004.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS E AÇÕES COORDENADAS

Brasil Alfabetizado: alfabetizar para incluir

A alfabetização é um processo de ensino-aprendizado que não se esgota em si mesmo. Para implementar com qualidade sua proposta, o Ministério da Educação criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Alfabetizar para incluir educacionalmente e socialmente é o objetivo estratégico do Programa Brasil Alfabetizado. A escola cumpre sua função inserindo o estudante no mundo do conhecimento e tornando-o capaz de interagir coletivamente, afirmando, assim, a sua identidade cidadã. A relação deste programa com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) abre perspectivas para que os alfabetizados prossigam os estudos no ensino seriado.

Medidas concretas

- 1 - Para alfabetizar 1,65 milhão de jovens e adultos, a partir de agosto de 2004, o Ministério fará parcerias com 23 governos estaduais que levarão o programa a mais de três mil municípios.
- 2 - O número de parcerias com os municípios e estados subiu de 42% em 2003 para 68% em 2004. Para incentivar a continuação dos estudos após a alfabetização, o Ministério priorizou as parcerias com

estados e municípios, responsáveis pela oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), programa cujos recursos somam R\$ 430,9 milhões para este ano.

- 3 - O Brasil Alfabetizado terá investimento de R\$ 168 milhões, também neste ano. Para combater a burocracia, o Ministério da Educação instituiu o repasse direto para estados e municípios.
- 4 - Para assegurar a qualidade do ensino, o período de alfabetização passou de seis para oito meses e a bolsa do alfabetizador foi ampliada de R\$ 80 mensais em 2003 para R\$ 120 mensais em 2004.
- 5 - As turmas serão formadas por até 25 alunos que, no mínimo, terão 10 horas de aulas semanais.

Fundeb: revolução de qualidade na educação básica

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em substituição ao Fundef - que só atende à educação fundamental -, vai iniciar uma revolução qualitativa da educação básica brasileira. O Fundeb financiará todos os níveis da educação básica e sua implantação significa mais verbas para melhorar o ensino nas redes públicas e a distribuição igualitária desses recursos entre estados e municípios. Representa, ainda, a valorização dos profissionais da educação, com garantia de um piso salarial nacional para o magistério. O Fundeb é, portanto, uma das políticas estratégicas do Ministério da Educação, compromisso do Governo Federal e responsabilidade de todos.

Medidas concretas

- I - Em 2004, o Ministério da Educação constituiu um grupo executivo e um grupo técnico para construir a proposta do Fundeb, a ser submetida à discussão da sociedade brasileira e ao Congresso Nacional.
- 1 - Em 14 de junho, em Brasília, foi lançada nacionalmente a proposta de elaboração do Fundeb com a realização de um Colóquio com as entidades de representação nacional de prefeitos, secretários municipais e estaduais de educação, dos trabalhadores em educação, das centrais sindicais e dos movimentos sociais para discutir a criação do Fundeb e recolher subsídios.
- 3 - Encontros estaduais, em todas as regiões, com entidades da educação, movimentos sociais e sindicais, continuam debatendo as diretrizes e subsídios ao projeto.
- 4 - O Ministério da Educação já apresentou ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), as diretrizes do Fundeb, como um fundo único para cada unidade da Federação; exclusão dos inativos de forma progressiva e reformulação do salário-educação, admitindo o gasto em todo o ensino básico; e recursos adicionais da União, entre outras medidas.
- 5 - Até agosto deste ano, o Ministério da Educação apresentará ao Presidente da República a proposta de criação do Fundeb.

Reforma da Educação Superior: a educação como bem público

No início de 2004, o Ministério da Educação abriu um grande debate nacional sobre a reforma da educação superior. Entender a educação como bem público, inserida no campo dos direitos sociais básicos, significa ter de tratá-la como prioridade da sociedade brasileira. Tê-la, igualmente, como centro estratégico de um projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do País é objetivo do Ministério da Educação. Portanto, o debate em curso visa a construir, com a sociedade, uma proposta de Lei Orgânica da Educação Superior.

Medidas concretas

- 1 - Em fevereiro de 2004, foi constituído o grupo executivo da reforma.
- 2 - De março a junho, foram realizadas oitavas com autoridades nacionais e internacionais.
- 3 - Colóquios foram feitos com a comunidade acadêmica, a sociedade civil, com a comunidade profissional e científica.
- 4 - O Ministério participou de mais de 30 eventos promovidos por entidades em 16 estados de todas as regiões do País.
- 5 - Após ouvir a sociedade nacional e acadêmica, o Ministério fixou novembro como data-limite para enviar

ao Congresso Nacional Projeto de Lei Orgânica da Educação Superior.

Princípios e diretrizes que vão nortear a Lei Orgânica

- 1 - *Missão da Educação Superior* - A universidade, garantindo a participação da comunidade na supervisão das suas atividades, deve ser a expressão de uma sociedade democrática, pluricultural, que possibilite acesso e permanência no ensino superior a todas as classes.
- 2 - *Autonomia e Financiamento* - Criação de um fundo federal não contingenciável composto de dois itens: fundo de manutenção das lfes (pessoal, gastos essenciais de manutenção) e fundo de desenvolvimento das lfes (expansão, inovação e gestão). Isso significa a permanência da gratuidade em estabelecimentos oficiais de ensino superior
- 3 - *Avaliação* - Vincular avaliação e regulação, fazendo uso de instâncias como Sinaes, Conaes e Comitê Técnico de Coordenação/SESu, em consonância com o Inep e CNE.
- 4 - *Estrutura e Gestão* - Organização de universidades por área de conhecimento; constituição no interior das instituições de um Conselho Consultivo de Planejamento e Gestão; eleição direta para reitor nas universidades públicas e de pró-reitor acadêmico nas universidades privadas; simplificação de contratações

por tempo determinado de profissionais altamente qualificados (doutor ou notório saber); e previsão na carreira docente de um alargamento do nível saturado de adjunto IV para o de professor titular.

- 5 - *Acesso e Permanência* - Aprofundar a política de cotas nas Ifes, priorizando alunos provenientes do sistema público e, dentre eles, via cotas étnicas, priorizar de acordo com os índices do IBGE; implantar o Programa de Primeiro Emprego Acadêmico e ampliar os cursos noturnos como ações fundamentais para permitir a presença de estudantes de poucos recursos.
- 6 - *Conteúdos e Programas* - Discutir com as universidades a possibilidade de oferecer um ciclo inicial de formação, com duração mínima de dois anos, após o qual o estudante receberá um título próprio - Estudos Universitários Gerais - sem valor de habilitação, correspondente à formação básica.

Projetos de democratização do ensino superior

Ao mesmo tempo em que realiza um debate com a sociedade e a comunidade acadêmica sobre a reforma da educação superior, o Ministério da Educação encaminha políticas pontuais e imediatas para o setor, não só as de caráter regulatório para as instituições privadas, como também para a democratização da escola pública superior.

Medidas concretas

- 1 - *Universidade para Todos (ProUni)* - Está no Congresso Nacional o projeto de lei criando o ProUni. O projeto prevê a ocupação de parte das 550 mil vagas ociosas em instituições privadas por estudantes oriundos da rede pública com renda familiar de até um salário mínimo *per capita* e por professores da educação básica sem curso superior. Pelo projeto, as instituições filantrópicas destinarão os 20% de gratuidade - já exigidos por lei em troca das isenções de impostos estabelecidas na Constituição - exclusivamente, para em bolsas de estudo integrais. As instituições, com e sem fins lucrativos, que aderirem ao programa devem oferecer 10% de suas vagas gratuitamente em troca de isenção de alguns impostos. Em cinco anos, o ProUni deve abrir 300 mil vagas gratuitas.
- 2 - *Sistema Especial de Reserva de Vagas* - Tramita no Congresso Nacional projeto de lei que prevê a reserva de 50% das vagas, nas universidades públicas, para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa cota, estão previstas vagas para negros e indígenas, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado, determinada pelo censo do IBGE.

Novos marcos regulatórios

Nos últimos dez anos, cresceu a participação do setor privado no ensino superior onde estão matriculados 70% dos estudantes universitários. Esse crescimento desordenado resultou em instituições com baixa qualidade de ensino. Diante desse quadro, o Ministério da Educação editou diversas portarias para garantir a qualidade da expansão da educação superior

- 1 - Portaria nº 41 I, de 12 de fevereiro de 2004, cria um grupo executivo para reexaminar as normas e a sistemática de autorização e reconhecimento dos cursos de instituições superiores privadas, especialmente as autorizações concedidas nos últimos cinco anos para cursos de Direito. A portaria também suspendeu, por 90 dias, a homologação e reconhecimento de novos cursos de Direito.
- 2 - Portaria nº 695, de 18 de março de 2004, suspendeu, até 12 de maio de 2004, a autorização para novos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia.
- 3 - Portaria nº 1.217, de 12 de maio de 2004, suspende por 180 dias o recebimento de propostas de credenciamento de instituições de educação superior que ministram cursos a distância e tecnológicos; autorização de cursos de graduação, seqüenciais e de habilitações, inclusive a distância e tecnológicos; autorização de cursos ministrados fora da sede das instituições.

- 4 - Portaria nº 1.264, de 13 de maio de 2004, regula a abertura de novos cursos superiores, considerando, como critério prioritário, as necessidades sociais e desigualdades regionais.
- 5 - Portaria nº 1.180, de 6 de maio de 2004, constitui a Comissão Especial de Acompanhamento e Verificação para fiscalizar o cumprimento das disposições estabelecidas na Resolução nº 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE). A resolução do CNE trata dos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de ensino superior ou credenciadas, na modalidade presencial e a distância.

REALIZAÇÕES DAS SECRETARIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Superior (SESu)

- 1 - O Ministério da Educação inicia a expansão do ensino superior público, criando dois novos pólos universitários no Rio de Janeiro: Baixada Fluminense e Volta Redonda. Os pólos foram implantados com a parceria das universidades e prefeituras das duas regiões. O Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei criando a Universidade do

Grande ABC (UniABC), que terá 20 mil vagas em cursos de graduação, 2.500 vagas em mestrados profissionais e mil vagas para cursos de doutorado. O investimento na UniABC é de R\$ 150 milhões.

Emenda Andifes - as universidades públicas federais começaram a receber em julho um repasse de R\$ 53 milhões referentes à emenda. Desde 1999, o orçamento das universidades federais tem recebido um reforço, no Congresso Nacional, por meio de emenda articulada pela entidade dos reitores, liberada sempre no último trimestre de cada ano. Em 2004, o tratamento foi diferenciado e agilizado o repasse às universidades. O Ministério da Educação estuda a simplificação do mecanismo de repasse para garantir maior autonomia às universidades.

Hospitais Universitários - Por decisão do Ministério da Educação e da Saúde, os hospitais universitários passam a ser espaço obrigatório de ensino dos cursos da área de saúde ministrados nas universidades públicas. Agora, para que possa ser considerada instituição de ensino e ter direito a receber recursos públicos, os hospitais precisam promover atividades curriculares e ter programas de residência médica credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica. Além disso, a instituição precisa oferecer pelo menos 70% dos seus leitos para usuários do SUS e, em quatro anos, atender a 100% dos procedimentos do Sistema Único de Saúde.

- 4 - *Financiamento Estudantil (FIES)* - No início de julho de 2004, foram abertas 50 mil vagas do Fies para estudantes matriculados em instituições particulares e alterados critérios de seleção de candidatos, dando prioridade para alunos que estudaram em escolas públicas e professores da educação básica. No segundo semestre de 2003, foram oferecidas 70 mil vagas.
- 5 - Autorização para realização de concursos para professores e funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); liberação de R\$ 5 milhões para as Ifes implementarem o Programa de Apoio à Extensão Universitária; e de R\$ 1,5 milhão para o mesmo programa nas instituições públicas estaduais são outras medidas.

Secretaria de Educação Básica (SEB)

- 1 - *Reajuste do Fundef* - Além de estruturar a criação do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)*, o Ministério da Educação elevou, em 2004, em 20% os valores mínimos do Fundef por aluno, em comparação com 2003. Hoje o repasse anual por aluno da 1ª à 4ª série é de R\$ 537,71 e, para alunos da 5ª à 8ª série, de R\$ 564,60. O Fundef está investindo este ano no ensino fundamental cerca de R\$ 28,7 bilhões. Em 2003 foram R\$ 25,2 bilhões.
- 2 - O Fundo de *Fortalecimento da Escola (Fundescola)* está financiando a formação continuada de quase 100 mil

professores de 19 estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O fundo financia também a aquisição de equipamentos e de mobiliário, construção e reforma de escolas e o programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR) e Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita (PRALER).

- 3 - *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica* - Já foi publicado o edital e selecionadas as 20 universidades que constituirão a Rede. Cada instituição receberá, por quatro anos, R\$ 2 milhões para elaborar programas de formação de professores.
- 4 - *Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho)* - Realizará, em 2004, 14 encontros estaduais para capacitar conselheiros e estimular a criação de novos conselhos. Serão atendidos 1.982 municípios. O objetivo é estimular a participação da sociedade na educação.
- 5 - *Educação fundamental de nove anos* - O Ministério promoveu este ano sete encontros regionais com 214 secretarias municipais e estaduais de educação para discutir a proposta de inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental e a adequação dos currículos. Hoje, cerca de cinco mil crianças já estão no novo sistema em cinco estados: Minas Gerais, Goiás, Amazonas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

- 1 - *Política de Educação Profissional* - A Setec conclui até outubro a proposta de anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica, para discussão com a sociedade. A nova lei servirá como marco regulatório para todo o setor
- 2 - *Ensino Médio Tecnológico* - Está na Casa Civil decreto que regulamenta o art. 36 e 39 a 42 da LDB, criando a alternativa de Ensino Médio Tecnológico. Tão logo o decreto seja assinado, serão firmados convênios, já acordados, com as Secretarias de Educação do estado do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, com o objetivo de começar a implantação do Ensino Médio Tecnológico em escolas de ensino médio desses estados.
- 3 - *Expansão da Educação Profissional* - Em 2004, a Setec vai aplicar R\$ 89 milhões na expansão da educação profissional de todo o País. Deste total, R\$ 24 milhões serão usados em políticas educacionais voltadas para a educação profissional e tecnológica e R\$ 65 milhões na construção, reforma, modernização e aquisição de equipamentos. Foram reativados 42 convênios para construção, recuperação e aquisição de equipamentos em centros de educação tecnológica estaduais, federais e do setor comunitário. Os convênios serão assinados a partir de agosto.

- 4 - *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica* - A Setec/MEC vem fortalecendo o segmento público da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que, em 2004, completa 95 anos. A Rede Federal é formada por 139 unidades: 34 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET); 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF); 38 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) dos Cefets e EAFs; uma escola técnica federal e 30 escolas técnicas vinculadas a universidades federais.
- 5 - *Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica* - Espaço de articulação de todos os setores da sociedade envolvidos na educação profissional e tecnológica, o fórum discute, em 2004, políticas de expansão do ensino, a lei orgânica, o aumento da escolaridade de jovens e adultos, conjugada à qualificação profissional, e a articulação das políticas de formação com as de emprego e renda.

Secretaria de Educação a Distância (SEED)

- 1 - A Seed vai investir este ano R\$ 14 milhões no apoio técnico e financeiro de instituições interessadas em trabalhar com cursos de licenciatura a distância para a formação de professores na área de Física, Química, Biologia, Matemática e Pedagogia.
- 2 - Está adquirindo cinco mil computadores para o *Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)*.

Os equipamentos e *software* livres beneficiarão 500 escolas das redes estaduais e municipais de educação.

- 3 - O *Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação)* está habilitando cerca de 10 mil professores da rede pública que ainda não têm diploma de magistério da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- 4 - A Seed já firmou 65 contratos de cooperação técnica com órgãos e entidades da administração pública, como secretarias estaduais e municipais de educação, universidades federais e estaduais, institutos de tecnologia para o uso do Ambiente Colaborativo de Aprendizagem e-ProInfo. Esse instrumento possibilita a realização de cursos *online*, reuniões de trabalho e pesquisa.
- 5 - A TV *Escola*, canal via satélite mantido pelo Ministério da Educação, apresenta programas educativos aos professores e estudantes do ensino fundamental e médio. Funciona ininterruptamente por 14 horas diárias chegando a 56 mil escolas que possuem antena, televisor videocassete e fitas VHS fornecidos pelo Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Especial (SEESP)

- 1 - O *Programa Educação Inclusivo: direito à diversidade* vai investir este ano R\$ 2,6 milhões para que os municípios brasileiros capacitem educadores e gestores na área de

educação especial. Hoje o programa já chegou a 14 municípios-pólo que serão os multiplicadores. Até o final de 2004, cerca de 2 mil municípios farão parte do programa.

- 2 - O *Programa de Apoio à Educação de Alunos com Deficiência Visual* distribuiu, em 2004, 7.500 kits para alunos cegos e 7.500 para estudantes com baixa visão matriculados no ensino fundamental.
- 3 - O *Projeto de Informática na Educação Especial (PROINESP)* implanta laboratórios de informática e capacita professores para possibilitar aos alunos com necessidades especiais o acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação. Neste ano, 60 laboratórios foram distribuídos e outros 100 chegarão às escolas municipais, estaduais ou entidades privadas sem fins lucrativos, até o final do ano.
- 4 - O *Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP)*, desenvolvido em parceria com a Capes, visa a capacitar e formar professores e pesquisadores para viabilizar a inclusão escolar e social dos alunos com necessidades educacionais especiais. Em 2004, 10 instituições de ensino superior que desenvolvem projetos de pós-graduação para a educação especial receberam apoio.
- 5 - *Atendimento* - Em 2003 aumentou em 31,3% o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns da rede regular de ensino. Os projetos de capacitação para uma educação

inclusiva e de qualidade foram ampliados em 62%. Para apoiar alunos cegos e os com baixa visão, o Ministério distribuiu 15 mil pastas com material didático apropriado.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)

- 1 - *Bros/7 Alfabetizado* - Cerca de 1,6 milhão de adultos e jovens acima de 15 anos começam a aprender a ler e escrever em agosto deste ano. O programa, que tem investimentos de R\$ 168 milhões, desenvolve-se em parceria com estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil.
- 2 - *A Educação de Jovens e Adultos (EJA)* está investindo este ano R\$ 430,9 milhões para que estados e municípios ofereçam ensino fundamental aos jovens e adultos recém-alfabetizados.
- 3 - O *Programa Ações Educativas Complementares* tem como objetivo a igualdade de acesso e permanência da criança e do adolescente na escola. Este ano dispõe de R\$ 16,8 milhões para assistência financeira a prefeituras municipais que apresentarem projetos de desenvolvimento das potencialidades de crianças, adolescentes e suas famílias.
- 4 - *Situação de Risco* - A Secad está investindo R\$ 2,4 milhões em ações de apoio educativo a crianças,

adolescentes e jovens em situação de risco, especialmente às vítimas de abuso e exploração sexual. Os recursos estão sendo repassados a organizações não-governamentais com trabalho reconhecido nessa área.

- 5 - *Programa Diversidade na Universidade* - Está beneficiando, em 2004, cerca de 9 milhões de alunos. O Diversidade, em parceria com entidades da sociedade civil e com universidades, garante às populações afro-descendentes, indígenas e grupos socialmente desfavorecidos o ingresso na universidade.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

- 1 - *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* - Atende este ano a 37,4 milhões de alunos em creches, na pré-escola, no ensino fundamental e nas escolas indígenas. Para oferecer a merenda, o Ministério da Educação está investindo R\$ 1,25 bilhão em 2004.
- 2 - O *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)* beneficia quase 32 milhões de alunos do ensino fundamental em 153 mil escolas públicas. Em 2005, o programa será estendido a cerca de 1,2 milhão de alunos da 1ª série do ensino médio, que vão receber livros de Matemática e Português.
- 3 - *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)* - Vai distribuir até o final de 2004, 1,45 milhão de obras aos

professores do ensino fundamental e mais de 40 mil acervos para as minibibliotecas itinerantes do programa Casa de Leitura. As minibibliotecas estarão presentes em 3.659 municípios.

- 4 - *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)* - Descentraliza os recursos para assegurar autonomia às escolas. Em 2004, o programa repassou às escolas um adicional de R\$ 34 milhões para atender às escolas atingidas pelas enchentes.
- 5 - *Programa Nacional Saúde do Escolar (PNSE)* - Criado em 2003, repassa recursos para as prefeituras, mediante convênio, para identificação e correção precoce de problemas visuais de alunos da 1ª série do ensino fundamental público. Além dos recursos, os professores recebem treinamento para realizar testes de acuidade visual.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

- 1 - *Avaliação trienal da pós-graduação* - Atualmente, a Capes acompanha e avalia cerca de 2 mil programas, que respondem pela oferta de quase 3 mil cursos de pós-graduação, sendo 1.800 de mestrado e 1.200 de doutorado.
- 2 - *Portal de Periódicos* - Com 40 mil acessos diários, o portal dispõe de 8.024 títulos e 75 bases referenciais acessadas

por instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, o que representa um passo gigantesco para o desenvolvimento científico do País. Em 2003, mais de 7,4 milhões de textos foram baixados no portal.

- 3 - *Bolsas de estudo* - A oferta de bolsas de estudo pela Capes para a formação de mestres e doutores faz a diferença. Em 2003, 27.600 estudantes bolsistas concluíram mestrado e 8.100 doutorado.
- 4 - *Reajuste* - Em abril de 2004 as bolsas da Capes tiveram um reajuste de 18%. Há dez anos as bolsas não eram reajustadas.
- 5 - *Supervisão de cursos* - Para acabar com os cursos de pós-graduação *lato sensu* irregulares, o Ministério da Educação criou, em maio deste ano, a Comissão Especial de Acompanhamento e Verificação, que supervisiona o funcionamento dos cursos. A comissão tem poder para exigir das instituições de ensino a regularização dos cursos e, se não for atendida, desativá-los.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

- I - Coleta anual de informações sobre matrícula, docentes, infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino da educação básica. Mais de 215 mil escolas públicas e privadas são pesquisadas e os dados são utilizados como base para as políticas públicas, entre elas a merenda escolar, o livro didático e o Fundef.

- 2 - O *Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB)* será ampliado para todas as escolas da educação básica e para todos os alunos. Até 2003, o Saeb foi realizado, a cada dois anos, por amostragem, na 4ª e 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio.
- 3 - O *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)* avalia o desempenho do aluno ao término da educação básica. Aplicada anualmente, a prova tem participação voluntária, mas seu resultado já é adotado por muitas instituições de ensino superior como parte da nota de ingresso no vestibular. Em 2003, cerca de 1,9 milhão de alunos se inscreveram para o Enem. Em 2004, será realizado em 29 de agosto.
- 4 - O *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*, criado em 2004, visa a traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Mais amplo, o Sinaes substitui o Exame Nacional de Cursos, Provão. O Sinaes divide os cursos de graduação em três grandes grupos e a cada ano um deles passa pelo exame. Neste ano, serão avaliados os estudantes da área de saúde e agropecuária.
- 5 - *Censo da Educação Superior* - coleta informações sobre todas as instituições públicas e privadas de educação superior. É realizado anualmente em cerca de duas mil instituições por meio de formulário eletrônico pela Internet.

Conselho Nacional de Educação (CNE)

O CNE tem atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. É composto pela Câmara de Educação Básica e pela Câmara de Educação Superior integradas por 12 conselheiros cada uma, com mandato de quatro anos e direito a uma recondução. Em maio de 2004, tomaram posse 12 novos conselheiros, uma renovação de 50% em cada câmara.

A Câmara de Educação Básica tem como atribuições analisar e emitir pareceres sobre procedimentos e resultados de processos de avaliação da educação infantil, fundamental, média, profissional e especial; deliberar sobre diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação; e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE).

Cabe à Câmara de Educação Superior deliberar sobre a autorização e o reconhecimento de alguns cursos de graduação (Direito, Medicina, Psicologia e Odontologia); sobre as diretrizes curriculares de todos os cursos de graduação; o credenciamento de instituições de ensino superior; e a aprovação de estatutos e regimentos destas instituições.

Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios • Bloco L
70.047-900 • Brasília • DF
0800 616161
www.mec.gov.br

Ministério
da Educação



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)